



O NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO

THE NEOLIBERALISM IN EDUCATION

Andréia Paulo de Souza¹

Fernanda Lopes de Assunção²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo refletir os problemas gerados pelo aprofundamento do modelo neoliberal na sociedade brasileira, avaliando os efeitos sociais evidenciados na hierarquização cultural e a forma como são reafirmados na educação. O artigo pretende não apenas expor o fluxo histórico desse modelo, cujo alcance abrange todas as esferas que envolvem a vida humana, mas também apontar as características de sua atuação no campo da educação e identificar instrumentos impostos a ela por meio do projeto referido.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Educação; Desigualdade.

ABSTRACT: This essay speculates the problems faced by a growing neo-liberal model in Brazillian society by evaluating the social effects revealed in cultural hierarchy and how they are asserted throughout the education system. It sets a historical scene for this model which covers a variety of aspects of human life, with the aim of indicating particular characteristics that are influencing the spread of neo-liberalism in education.

Keywords: Neoliberalism; Education; Inequality.

¹ Professora de Educação Infantil na rede pública do município de Birigui/SP, possui licenciatura em Pedagogia e História e Especialização em Psicopedagogia Institucional.

² Graduada em História pelo UniToledo.

1. INTRODUÇÃO

Com a globalização o que se vê é a aceleração no processo de adequação das sociedades às tendências criadas pelos países desenvolvidos. Essa adequação se dá em todos os níveis, mas é a princípio instigada pela ordem econômica. Assim, criam-se valores alinhados aos interesses econômicos, resultando em uma profunda padronização cultural que serve prioritariamente àqueles que a impõem, ou seja, aos gerenciadores dos grandes monopólios, aos que criam e regem as leis do capital. Aos demais, subdesenvolvidos, trava-se uma difícil luta pelo ajuste ao modelo neoliberal.

No Brasil, país em desenvolvimento, os reflexos desse projeto na sociedade acontecem de forma progressiva, na educação em especial, torna-se nítida sua ação excludente e polarizadora, forjada no discurso meritocrático. Assim, torna-se necessária uma reflexão sobre os pontos em que transpareçam as implicações sociais do modelo neoliberal, visando principalmente sua atuação na educação brasileira.

2. O NEOLIBERALISMO

A partir da década de setenta, o neoliberalismo se apresenta como projeto revitalizador do capitalismo propondo a redução do poder do Estado como solução para os problemas econômicos, mostrando em contrapartida, a resolução dos problemas com a ampliação e a atuação do mercado. Contudo, essa proposta vai ao encontro do interesse dos grandes capitalistas, em outros termos, podemos considerar que "ela corresponde a uma necessidade objetiva da classe capitalista, que se sentia tolhida e ameaçada pelo dirigismo econômico, imposto por governos nos quais o movimento operário tinha tanta influência quanto o grande capital" (SINGER, 1998, p. 15).

Com a crise do keinesianismo e a reelaboração do projeto econômico proposto por friedmam, inicia-se uma nova fase, onde os problemas relativos à economia, no caso, a inflação, passam a ser abordados de forma bastante rígida no que se refere à qualidade do trabalho e os direitos do trabalhador:

[...] o neoliberalismo no poder resolveu a contento a crise inflacionária. Ele conseguiu isto revertendo completamente as condições no mercado de trabalho. O desemprego tornou-se de massa e com duração cada vez maior. Os sindicatos perderam prerrogativas e as garantias legais de estabilidade no emprego foram

enfraquecidas, quando não revogadas. Em poucos anos, o movimento operário sofreu derrotas decisivas nos principais países desenvolvidos. o neoliberalismo no poder resolveu a contento a crise inflacionária (SINGER, 1998, p.15).

Assim, através de um discurso prático, o modelo neoliberal tornou convincente para a opinião pública a ideia de que as mudanças no mundo do trabalho seriam imprescindíveis para a estabilização da economia.

"Os sindicatos passaram a ser culpados pelo desemprego involuntário ao sustentar a legislação do trabalho que proíbe a contratação de trabalhadores por menos que o salário mínimo, por jornadas maiores que a legal ou sem os benefícios prescritos" (SINGER, 1998, p.15). Dessa forma o poder ideológico do modelo neoliberal mostrou-se implacável diante das necessidades de um mundo cada vez mais receptivo às regras do mercado.

No plano cultural, o neoliberalismo representou uma contra-ofensiva do pensamento conservador. No plano político, o neoliberalismo apresentava aos atores um programa que prometia, ao mesmo tempo, estabilizar os preços e recuperar a taxa de lucro, comprimida pelas pressões não só salariais, mas também tributárias. À primeira vista, parecia um programa inaceitável às maiorias eleitorais. Contudo, estas estavam insatisfeitas e impacientes com os sucessivos fracassos de governos que pretendiam estabilizar os preços sem abrir mão permanentemente do pleno emprego e sem tocar nos direitos adquiridos dos trabalhadores (SINGER, 1998, p. 15).

Como pontuou Gentili (2010), a hegemonia da política neoliberal se deu pela combinação de estratégias econômicas, políticas e jurídicas combinadas a uma contínua reforma ideológica, incorporada pelas sociedades de forma progressiva, essa incorporação que atinge as sociedades de forma acelerada dada a sua natureza globalizante, implica em grandes problemas sociais para a maioria dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, que tem sofrido ao longo das últimas décadas com o aprofundamento desse modelo, em todas as esferas, inclusive na educação.

As consequências para os países da periferia capitalista que adotam este modelo social para integrar-se às novas condições da nova ordem internacional, diferem, em sua forma e efeito, dos países centrais devido às condições entre as sociedades serem desiguais. E no caso latino-americano, a relação do Estado e suas funções econômicas serviram como fundamento do discurso dos grupos econômicos dominantes para justificar o processo de abertura dos mercados à concorrência internacional e o dismantelamento das instituições de proteção social controladas pelo Estado.

No Brasil, o governo Collor, o primeiro governo neoliberal explícito, eliminou todos os controles de preços dos produtos básicos de consumo, inclusive dos remédios, que estavam em vigor há meio século. Também a importação foi amplamente liberalizada. O governo Fernando Henrique prosseguiu no mesmo sentido. Todas as medidas de favorecimento dos capitais nacionais em face dos estrangeiros foram revogadas quando o governo conseguiu retirar da Constituição a distinção entre eles. A privatização da produção estatal, com a única exceção da Petrobrás, é outro programa que altera o relacionamento entre os modos de produção. O modo capitalista de produção deixa de ser orientado e tutelado pelo Estado e sua integração ao grande capital global, controlado por residentes na Trilateral, vem sendo sistematicamente fomentada (SINGER, 1998, p. 16).

Até agora foram pontuadas algumas mudanças decorridas da implantação do Neoliberalismo no plano econômico, porém, cabe ressaltar que sua manifestação ocorreu em todas as áreas, inclusive, na educação.

3. NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A partir das décadas de 1980 e 1990 a educação no Brasil passou por um ajuste progressivo às tendências neoliberais, vinculando cada vez mais sua função às necessidades do mercado, e seu compromisso com a criação de uma escola moderna, atualizada, comprometida com o mercado de trabalho, ou seja, orientada para sobreviver às novas demandas no mundo globalizado e competitivo, para tanto passou a se adequar aos preceitos estipulados pelos organismos internacionais, como o banco mundial, cujo objetivo seria criar alternativas para resolver os problemas relativos à educação.

A partir da *Conferência Mundial de Educação para Todos* (1990), realizada em Jontiem (Tailândia), financiada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o PNUD e BM, ficou acordado com representantes de diversos governos e entidades não-governamentais, associações profissionais e educadores do mundo inteiro, que todos se comprometeriam em garantir uma educação básica de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos do seu país (MELO, 2004, p. 63).

As mudanças ocorridas na educação com a implementação da política neoliberal, se deram no governo de Itamar Franco a partir do *Plano Nacional de Educação Para Todos* como foi citado, mas foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que a reforma anunciada se concretizou. Essas reformas educacionais realizaram-se “como elemento do projeto neoliberal da sociedade num processo histórico de mundialização do capital” (MELO, 2004, p. 163).

A partir daí houve um contínuo ajustamento do projeto educacional ao modelo neoliberal com o aprofundamento de estratégias a fim de viabilizar o que esse modelo considerava pertinente para o melhoramento da educação. Para tanto, em 20 de dezembro de 1996 foi promulgado a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei 9.394), uma lei que objetivou a aquisição de novas competências e habilidades pelos indivíduos, no intuito de promover a uniformização da integração global do mercado.

Segundo Demo (1997, p.78) quanto à atual LDB: “trata-se de um saber pensar que, de maneira alguma, basta-se com o pensar, pois sua razão de ser é a de intervir”.

Tuppy (2002), ressalta que a LDB (Lei 9.394/96), já nos três primeiros artigos, enfatiza a relação entre educação formal e trabalho, evidenciando o modelo capitalista de produção que envolve o trabalho humano e livre. A autora aponta os artigos em que essa finalidade é destacada, sendo principalmente no inciso segundo do art. 1º da lei em questão que diz o seguinte: “§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”, no art. 2º, é enfatizada novamente essa relação da educação para com o mundo do trabalho: “Art.2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O discurso neoliberal atribui às políticas dirigidas pelo estado a responsabilidade pelos problemas econômicos sociais e como aponta Marrach (1996), dentro desse cenário, a educação recebe um papel importante na conformação desse projeto, determinado basicamente por três objetivos:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação por que deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...]
2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...]
3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar (MARRACH, 1996, p. 46-48).

Sobre esse último aspecto mencionado por Marrach (1996), a escola deve se adequar ao contexto neoliberal e à lógica do mercado, para isso deve fazer reformas estruturais para as instituições educacionais se assemelharem aos padrões de produção empresarial, transferindo

direitos sociais para a esfera do mercado, nesse contexto, a escola deve se adaptar aos atributos desejados por qualquer empresa eficiente cuja organização obedece aos critérios da competitividade e meritocracia, funcionando tal qual um *fast food*, termo este, utilizado por Gentili (2010) que diz que as escolas e os *fast foods* têm em comum o fato de existirem para atender às necessidades fundamentais das sociedades modernas, que são comer e ser socializado escolarmente, e nessa analogia o que fica evidente é o ajustamento da escola ao modelo empresarial. O autor diz ainda que o que unifica os *Mc' Donalds* e a utopia educacional dos homens de negócios, é que em ambos, a mercadoria oferecida deve ser produzida de forma rápida e de acordo com certas e rigorosas normas de controle da eficiência e da produtividade.

A legitimação do processo de transferência das estratégias do mercado para a instituição escolar é forjada no discurso de igualdade de oportunidades:

Os liberais admitem a *igualdade de acesso*, mas como têm uma ideologia baseada na meritocracia, no empreendedorismo pessoal, não podem conviver com a *igualdade de resultados* sem competição. Falam de igualdade de oportunidades, não de resultados. Para eles, os resultados dependem de esforço pessoal, uma variável interveniente que se distribui de forma “naturalmente” desigual na população, e que deve ser uma retribuição ao acesso permitido. Eles não podem aceitar que uma espécie de “acumulação primitiva” (Marx) ou um *ethos* (Bourdieu) cultural sequer *interfira* com a obtenção dos resultados do aluno. Se aceitassem, teriam de admitir as desigualdades sociais que eles mesmos (os liberais) produzem na sociedade e que entram pela porta da escola (ALVARSE, 2007).

4. A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REPRODUÇÃO

A escola, na medida em que inculca os valores da classe dominante, preserva uma aparente neutralidade, assim, os indivíduos são responsabilizados por seu próprio destino:

Melhor do que as religiões políticas as soteriologias do além ou a doutrina do karma, a escola consegue, através da ideologia dos dons naturais, reproduzir as hierarquias sociais. A função do sistema de ensino é, assim, a desmascarar a verdade objetiva da sua relação com a estrutura da relação de classes (BOURDIER, 1975, p. 25).

Ainda para o sociólogo: “o momento mais visível dos valores inculcados e da escolha explícita do sistema escolar se dá na avaliação, entendendo essa como mecanismo de transformação da herança cultural em capital escolar” (BOURDIER, 1975, p. 83).

Para a adequação ao projeto neoliberal, segundo Freitas (2007), a escola se reorganiza

a fim de otimizar os custos e viabilizar o monitoramento da qualidade esperada pelo projeto em questão, as especificidades dos problemas encontrados nas escolas são transformados em números, o que se busca é ver através de padrões, e por eles gerenciar de forma também padronizada as possíveis soluções, trava-se assim uma luta entre a realidade social e os interesses alheios a ela configurando em uma nova forma de exclusão:

Do ponto de vista da avaliação, essas novas formas de exclusão levam a uma redução da ênfase na avaliação formal e pontual do aluno em sala de aula (introduzem novas formas de organização escolar: progressão continuada, progressão automática, ciclos etc., e novas formas de avaliação informais), liberando o fluxo de alunos no interior da escola e conduzindo ao fortalecimento do monitoramento por avaliação externa, avaliação de sistema centralizada (Prova Brasil, SAEB, SARESP, SIMAVE etc.). Nesses sistemas de avaliação o desempenho individual é subsumido nas estatísticas que lidam, preferencialmente, com tendências globais dos sistemas de ensino ao longo do tempo, *a partir da proficiência média dos alunos* (FREITAS, 2007).

A prática avaliativa da educação brasileira não está servindo para verificar os resultados e ao encontro disso criar mecanismos que garantam a melhoria e qualidade de aprendizagem, ao contrário do que prega o discurso, a sua essência não condiz com a promoção de qualidade, como pontuou Souza (2010, p. 110):

A difusão de idéias que visam atribuir a avaliação educacional o poder de promover qualidade, instituir um necessário controle social e incentivar a mobilização social em favor da melhoria da escola, constituem estratégias de naturalização e legitimação de mecanismos de gestão gerencial na educação pública. A supervalorização e uso da avaliação já consagram tal estratégia, na medida em que, de plano, ao divulgar seus resultados promovem a competição, padrão básico do comportamento organizacional. É justamente nesse movimento de idas e vindas ao mercado que se configura o quase-mercado educacional, caracterizado justamente pelo modo como as instituições públicas passam a operar como instituições do setor privado. Nesse sentido, a contribuição da avaliação é evidente e eficaz.

Como foi mencionado, a reorganização da escola e as avaliações oficiais estão vinculadas à adequação necessária do sistema às necessidades do mercado. Outra forma de adequação a essas necessidades pode ser identificada no sistema de progressão continuada implantada nas escolas públicas do Estado de São Paulo em 1998, cuja premissa se baseia na eliminação da repetência e evasão no ensino fundamental a fim de tornar a escola um espaço que garanta oportunidades em respeito às diferenças.

Segundo Neubauer¹ (2010) ao aluno inserido nesse modelo é concedido o direito a manutenção na escola sendo previstas a seus problemas de aprendizagem uma contínua recuperação orientada no sentido de estimular e não repreender [...] a avaliação passa a ser o instrumento guia na progressão do aluno no seu percurso escolar, apontando as diferenças na aquisição de habilidades e conhecimentos entre os alunos e orientando o trabalho do professor na condução desse processo. Deixa de ser repressora, castradora e comparativa para ser norteadora e estimuladora do processo ensino e aprendizagem.

Por sua vez, em contraposição ao entendimento anterior, Freitas (2007) pondera que a avaliação informal no sistema de progressão continuada revela, ao contrário do que se espera, uma função ainda mais castradora uma vez que ao oferecer supostamente ao aluno o privilégio de permanecer na escola, justifica em seus índices e competitividade a sua incapacidade, criando assim apenas o adiamento de sua eliminação:

Esta parece ser a base da construção das novas formas de exclusão que agora atuam longitudinalmente, por dentro do sistema, sem necessidade de excluir fisicamente o aluno no início da escola básica, por reprovação. Os processos de avaliação informal vão construindo “trilhas de progressão diferenciadas” no interior das salas de aula e das escolas. Do ponto de vista do sistema, a exclusão foi internalizada a custos menores – tanto econômicos como políticos (FREITAS, 2007).

Ainda segundo o mencionado pesquisador nesse novo modelo de escola o que se prioriza é o melhoramento na utilização dos recursos:

Os ciclos e a progressão continuada têm a finalidade de diminuir os custos que oneram o Estado. Trata-se de custo e do fluxo do custo, coerente com a teoria do Estado mínimo que terceiriza os serviços públicos e corta direitos sociais. O que está em jogo não é apenas o lado humano formativo, mas a eliminação da evasão ou reprovação pelo seu lado econômico ou como se costuma dizer do custo-benefício. A atenção se volta para o ensino de disciplinas, em especial português e matemática, e não para a formação. Os sistemas nacionais de “avaliação” monitoram os resultados das escolas de forma quantitativa e genérica (comparativa), criam competição (para eles a mola mestra da qualidade) e reduzem gastos (FREITAS, 2007).

Um exemplo para ilustrar o que foi dito acima é o que acontece no Estado de São Paulo a partir da lei do abono salarial (Lei complementar nº 1078, de 17 de dezembro de 2008) criada pelo então governador José Serra, que consiste em dar bônus salarial a servidores

¹ Rose Neubauer foi secretária da educação durante o governo de Mario Covas, ela comandou a pasta de 1995 a 2002, foi responsável pela implantação e implementação das mudanças no ensino público oficial do Estado de São Paulo.

das unidades de ensino que alcançarem metas estabelecidas (aumento do índice em avaliações externas). A lei prevê também o destino de recursos orçamentários adicionais às unidades de ensino que apresentarem maior índice de cumprimento de metas.

Dessa maneira a remuneração dos servidores da educação é feita de maneira desigual baseada em formas de punição e recompensa de acordo com os índices alcançados.

A lei do abono salarial atribui aos profissionais da educação a responsabilidade pela melhoria e aprimoramento da qualidade do ensino público dando como única solução a competição e com isso o que se vê é uma promoção evidente das escolas que já possuem bons resultados, uma vez que estas recebem recursos adicionais e seus servidores recebem o bônus salarial, enquanto as outras, que possuem baixos índices, são culpabilizadas financeiramente pelo suposto fracasso, sem receber uma proposta concisa para contribuir com a sua melhoria. Dessa forma, o que acontece é a reprodução da situação existente em que dificilmente serão superadas as dificuldades dessas unidades com mais necessidades.

Preocupante também é a situação do professor que atua em uma unidade que apresenta baixo índice, pois ainda que seja comprometido e cumpra o seu papel, será castigado da mesma maneira.

Com essa situação os alunos são os mais prejudicados, pois muitas vezes ao findar a educação básica sem as devidas condições perdem para os alunos de escolas particulares a chance de conseguir uma vaga em universidades públicas.

Essa adoção de práticas de mercado na educação geram consequências desastrosas resultando, em ações afirmativas que minimizariam tais efeitos nocivos.

5. AÇÕES AFIRMATIVAS

Com a progressiva aproximação entre estado e modelo neoliberal, houve uma intensificação nas ações que favorecem os aspectos econômicos em prejuízo as responsabilidades sociais, em consequência disso tornou-se imprescindível a aplicação de políticas compensatórias, como as cotas nas universidades federais, oferecidas a princípio, aos estudantes negros e pardos que passou a ser obrigatória a partir de 2012.

De acordo com o GEMMA (Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa), após a aprovação da lei e a obrigatoriedade de reservas de vagas houve um significativo aumento desses estudantes nas universidades públicas e que essas medidas vêm ao encontro

de uma demanda social, considerando que é a educação um dos principais determinantes de acesso a posições de maior remuneração e de status em nossa sociedade.

O Acesso pelo sistema de cotas é, entretanto, uma forma que o governo encontrou para minimizar o processo de neoliberalização da educação, pois, ao mesmo tempo em que a política neoliberal afastou os alunos de escola pública das faculdades públicas pela falta de qualidade do ensino, o sistema de cotas busca reparar danos, colocando alguns desses alunos prejudicados dentro das faculdades públicas através dessas políticas de inclusão básica.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne ao Brasil, privilegiando o tema da educação, conclui-se que a aproximação com as práticas neoliberais promoveram um agravamento da exclusão, pois a consequência de estender o discurso do mercado ao ambiente escolar é visto no esvaziamento do propósito social da escola, que ao se apropriar do discurso meritocrático, torna-se gradativamente um instrumento reprodutor do sistema, atuando em semelhança ao mundo empresarial, baseando-se em critérios de produtividade e "excelência", ou seja, em um modelo pronto que esconde sua ineficiência em estatísticas a fim de se desvencilhar das responsabilidades sociais, ficando assim evidente, a catastrófica realidade da escola pública que ao se desligar de seu sentido humanista acaba por se submeter à pobreza instituída do referido modelo, onde o individualismo, seu objetivo último, neutraliza na falaciosa ideia de igualdade de acesso, qualquer compreensão e reação por parte daqueles que são os mais prejudicados.

7. REFERÊNCIAS

ALAVARSE, O.M. Ciclos ou séries?: a democratização do ensino em questão. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade São Paulo. Revista Brasileira de educação. Vol. 14, no. 40. Rio de Janeiro: 2009.

BIANCHETTI, Roberto Geraldo. Modelo neoliberal e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2ª ed. 1996.

DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. Campinas: Papirus, 1997.

FREITAS, L. C. Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <<http://www.adidatica.com.br/arquivos/FREITAS.doc>>. Acesso em: 21. Fev. 2015.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. Disponível em: <<https://barricadasabremcaminhos.files.wordpress.com/2010/06/neoliberalismo-e-educacao.pdf>>. Acesso em: 10 Mar. 2015.

GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. Rio de Janeiro: Petrópolis, 6ª ed. 1998.

GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

JÚNIOR, João Feres. et. al. O impacto da Lei nº 12.711 sobre as universidades federais. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, setembro, 2013, pp. 1-34. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/files/Levantamento_GEMAA_1c.pdf> Acesso em: 15 Fev. 2015.

NEUBAUER, Rose. Quem tem medo da Progressão Continuada, ou melhor, a quem interessa o sistema de reprovação e exclusão social?. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/int_a.php?t=001>. Acesso em: 15 jan. 2015.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. Bourdieu & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 3ª ed. 2009.

PAUL SINGER. Para além do neoliberalismo: a saga do capitalismo contemporâneo - São Paulo em perspectiva, 12(2) 1998.

SOUZA, Silvia Cristina de. Mecanismos de quase-mercado na educação escolar pública brasileira. Marília, 2010. 149 f.; 30 cm. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

TUPPY, Maria Isabel Nogueira. A Educação Profissional. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa. (org). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2ª ed. São Paulo: Xama, 2002.